

## UM ESTUDO DO DISCURSO *O PROGRESSO PELA INSTRUÇÃO*, DE MANOEL BOMFIM: PALAVRAS DIRIGIDAS ÀS NORMALISTAS

Ligiane Aparecida da Silva\*

Maria Cristina Gomes Machado\*\*

\* Universidade Estadual de Maringá – UEM. [ligi.ped@gmail.com](mailto:ligi.ped@gmail.com)

\*\* Universidade Estadual de Maringá – UEM. [mcbgm.ueem@gmail.com](mailto:mcbgm.ueem@gmail.com)

### Resumo

Neste texto, investigamos o discurso *O progresso pela instrução*, proferido, em 1904, pelo intelectual Manoel Bomfim (1868-1932) às formandas da Escola Normal do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, durante uma solenidade de entrega de diplomas. Como professor da instituição e paraninfo da turma, Bomfim analisa a conjuntura política, econômica e social do país ao mesmo tempo que evoca o Estado a investir na instrução primária, encorajando as jovens professoras a assumirem a formação integral das novas gerações de cidadãos republicanos. Buscamos compreender, historicamente, essa fonte pouco estudada pela historiografia da educação brasileira mediante o estabelecimento de relações entre o posicionamento do autor e o contexto que o viabilizou. Com este estudo, entendemos que o discurso de Bomfim se soma às iniciativas do período em prol do combate ao analfabetismo massivo como condição para a modernização do país. Nesse sentido, nosso intuito é contribuir para a ampliação das análises atuais afetas à função social do magistério na Primeira República, uma vez que a escola primária, na perspectiva do intelectual, possibilitaria o progresso da nação, desde que houvesse formação adequada e engajamento do corpo docente; por isso, o teor emocional do discurso do autor como estratégia para convencimento e para adesão.

**Palavras-chave:** história da educação, formação docente, Manoel Bomfim

**Abstract. *Progress for instruction: Manoel Bomfim and the social function of teaching.*** In this paper we investigate the speech *Progress by Instruction* made in 1904 by the intellectual Manoel Bomfim (1868-1932) to graduates of the Normal School of Federal District, in Rio de Janeiro city, during a diploma award ceremony. As a teacher of the institution and class patron, Bomfim analyses the country's political, economic and social conjectures at the same time that he evokes the state to invest in primary education and encouraging the young teachers to take on the integral formation of the new generation of republican citizens. We seek to understand, historically, this barely studied source by the historiography of Brazilian education by establishing relations between the author's positioning and the context that made it viable. With this study, we understand that Bomfim's speech gets along the initiatives at the time in favor of combating mass illiteracy as a condition to modernize the country. That way, our intention is to contribute with the expansion of the current analysis of the social role of teaching throughout the First Republic, since the primary school, in his perspective, would enable the progress of the nation, provided adequate training and engagement of the teaching personnel, therefore, the emotional content of the author's speech as a strategy for convincing and support.

**Keywords:** history of education, teacher training, Manoel Bomfim

## Introdução

Outros são os problemas que as opiniões correntes consideram capitais e importantes; instrução popular, *ensinar meninos...* continua a ser uma função esquecida e humilde, para humildes e esquecidos<sup>1</sup> (Bomfim, 1904, p. 6).

Este texto tem como objetivo investigar um discurso proferido em 1904 pelo intelectual, médico e educador Manoel Bomfim (1868-1932). Por ocasião da solenidade de entrega dos diplomas às normalistas da Escola Normal do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, Manoel Bomfim, eleito paraninfo da turma pelas alunas, elabora um entusiasmado texto levado a público em treze de maio do referido ano. Nesse discurso, Manoel Bomfim enfatiza a função social da professora primária e os desafios impostos ao magistério em um momento marcado por antagonismos relacionados ao projeto republicano para a modernização do Brasil e a conjuntura política. O contexto não era favorável aos investimentos em instrução popular, embora, na República recém-instaurada, a premissa de que a escolarização era fator preponderante à formação para a cidadania e para o trabalho fosse constante.

A relevância do estudo dessa fonte está na possibilidade de promover debates sobre a inserção político-acadêmica de um notável intérprete da sociedade brasileira cuja obra encontra-se dispersa em bibliotecas do país, como atesta Aguiar (2000). O discurso em análise, apesar de ocasionalmente citado pela historiografia dedicada à obra do autor, tem sido preterido aos escritos mais conhecidos e polêmicos de Bomfim<sup>2</sup>, o que confere originalidade ao texto. Além disso, *O progresso pela instrução* materializa importante reflexão sobre a função social atribuída ao magistério no alvorecer da República, tema substancial às pesquisas devotadas à crítica do período.

A primeira década do século XX, no Brasil, foi um período marcado por iniciativas pela consolidação do Estado. O cenário econômico, político e cultural possibilitava a coexistência de diferentes projetos de nação, defendidos por grupos distintos, cada qual com um modo próprio de conceber a escolarização para as classes populares.

Para Manoel Bomfim, instrução e progresso mantinham estreita relação. Podemos considerar, então, que a formação de um Brasil democrático, moderno, industrializado e civilizado dependeria da 'ádua missão' a ser assumida pelas jovens professoras a quem exortava? É recorrente, em seu discurso, a tentativa de informar e de alertar as normalistas quanto às possíveis desilusões inerentes à profissão docente em um país historicamente alheio à educação do seu povo. Contudo foi esperançoso em sua fala carregada de apologias à liberdade, à justiça, à fraternidade, à cooperação social e à emancipação humana.

O discurso em tela, a nosso ver, só pode ser compreendido quando relacionado ao contexto que tornou possível a sua materialização. Nesse sentido, tomamos como caminho metodológico o pressuposto que compreende os projetos, posicionamentos e visões de mundo como manifestação das condições materiais de determinada sociedade. Buscamos, portanto, considerar o modo como Bomfim concebia a sociedade de seu tempo para, mediante a

<sup>1</sup> Optamos por manter, nas citações, a gramática original do período.

<sup>2</sup> Em pesquisa no Banco de Teses e de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatamos que os livros de Manoel Bomfim pesquisados com mais frequência pela historiografia brasileira, até o presente momento, são *A América Latina: males de origem* (1905) e sua trilogia sobre história do Brasil, que é composta pelos seguintes títulos: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931).

compreensão histórica do conteúdo do seu discurso, estabelecer relações por ele não elucidadas em razão da sua condição de partícipe das transformações que analisava. O papel atribuído à educação em seu projeto modernizador é por nós compreendido como expressão da realidade concreta da qual fazia parte e na qual buscava intervir.

Iniciamos nossa reflexão com informações sobre o intelectual Manoel Bomfim e sobre a sua inserção nos meios educacionais do país, buscando relacionar seu discurso às mudanças desencadeadas na sociedade brasileira nos anos seguintes à Proclamação da República. Compreendemos intelectual como um sujeito de ações práticas conscientes e atribuidoras de sentido às ideias em circulação, um dirigente e organizador dessas mesmas ideias (Gramsci, 2001).

### A trajetória de um educador

Os 64 anos de vida do intelectual em questão não podem ser descritos em breves linhas sem o risco de omissão de dados significativos sobre sua história, sua obra e sua ação política. Manoel Bomfim presenciou, já adulto, a transição do trabalho escravo para o assalariado, a mudança de regime político, os embates entre a tradição e a oposição na definição dos rumos que seriam trilhados pelo país após 1889. Por ter vivido, como bem destacou Reis (2006), entre o Império e a República, entre o campo e a cidade, observado as mudanças que se processavam no Brasil e produzido reflexões contundentes sobre elas sua obra é digna de exame pelos estudiosos da história da educação brasileira. Nos limites deste texto, entretanto, enfatizamos aspectos pontuais de sua vida e seu estreito vínculo com a educação.

Primeiro menino de uma numerosa família, Manoel José do Bomfim nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia 8 de agosto de 1868; é filho de Maria Joaquina do Bomfim e de Paulino José do Bomfim, um ex-vaqueiro, comerciante e proprietário de engenho de açúcar<sup>3</sup>. Optou por não seguir o ofício do pai e dedicou-se à medicina, cujos anos iniciais da graduação foram cursados na Faculdade de Medicina da Bahia e o diploma conquistado no Rio de Janeiro, onde concluiu os estudos no ano de 1890.

A despeito de ter exercido a profissão, por alguns anos, como médico da Brigada Militar do Rio de Janeiro, foi ao magistério que Bomfim dedicou a maior parte da sua carreira. Após o falecimento da sua filha Maria, antes de completar dois anos de idade, vítima de uma epidemia de tifo, Bomfim renunciou ao exercício direto da medicina. As marcas de sua formação o acompanharam no decorrer de toda a sua trajetória como escritor, professor, redator e criador de revistas, diretor de instituições de ensino, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental e como parlamentar.

Alves Filho (2013) atesta que Bomfim envolveu-se com a educação e defendeu, com veemência, a escola pública por acreditar que essa instituição era critério para o exercício da cidadania e para a consolidação da República. Entre suas ações político-pedagógicas relevantes, podemos citar as seguintes: a direção do *Pedagogium* por um extenso período de tempo (de 1896 a 1902 e de 1911 a 1919); a gestão como Secretário de Educação do Distrito Federal; a direção do Instituto de Educação do Rio de Janeiro; os estudos desenvolvidos na França sobre psicologia que o levaram a fundar o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil, o qual também dirigiu; a autoria e a coautoria de materiais didáticos e paradidáticos para as escolas primárias brasileiras; a docência na Escola Normal do Distrito

<sup>3</sup> Os dados biográficos de Manoel Bomfim foram consultados, prioritariamente, nos livros de Aguiar (2000) e de Gontijo (2010), indicados nas referências deste trabalho.

Federal nas cadeiras de Psicologia e de Pedagogia<sup>4</sup>, das quais resultaram livros com registros das lições ensinadas; a produção de densos livros sobre história do Brasil e da América Latina, nos quais buscou apresentar as causas do “atraso” brasileiro em relação aos países industrializados e sugerir possíveis caminhos.

Quanto à sua contribuição à Escola Normal do Distrito Federal, Antunes (2014) ressalta que a produção sobre psicologia dessa instituição estava diretamente atrelada a Bomfim, em virtude de os registros de suas aulas terem sido publicados sob a forma de livros<sup>5</sup>, cujos conteúdos, de acordo com a autora, permanecem surpreendentemente atuais.

Bomfim condenou a política dos colonizadores, a qual intitulou de parasitária, denunciou o chamado racismo científico como falácia estrategicamente formulada para a manutenção das nações industrializadas no poder, justificou os problemas sociais com argumentos pautados na cultura e apostou na educação popular como alavanca para o progresso almejado (Bomfim, 1993/1905, 1997/1929, 2013/1930, 1996/1931).

Quanto à política oligárquica que, a seu ver, obstaculizava o desenvolvimento da jovem República, apontou a sua radical solução, por meio do seguinte questionamento:

Que poderia subsistir desses privilégios desde que se substituíssem os processos políticos, e surgissem, em franca realização, legítimos programas de formação social, com que se corrigissem os costumes institucionais que incorporam, finalmente, a tradicional política? A própria incapacidade os aniquilaria. O que viesse substituí-los valeria como renovação (Bomfim, 1996/1931, p. 559).

Ao mesmo tempo em que militava pela substituição da elite dirigente conservadora, cujo capital econômico se fundamentava na monocultura (café e cana de açúcar) e no latifúndio, como demonstrado no excerto anterior, reivindicava do Estado investimentos em instrução popular, sobretudo na escola primária. Em sua breve passagem pelo parlamento, como Deputado Federal por Sergipe, manifestou-se favorável à intervenção da União em prol do desenvolvimento da instrução elementar; defendeu a criação de Escolas Normais em centros populosos do país, a construção e a manutenção de escolas primárias, a uniformização do ensino por meio da adoção de materiais, de programas e de livros didáticos comuns e a concessão de subsídios oficiais aos estados mais carentes, de acordo com a população e o orçamento dos solicitantes (Brasil, 1918; Bomfim, 1931<sup>6</sup>).

<sup>4</sup> A disciplina Psicologia não era componente do currículo das Escolas Normais brasileiras quando Bomfim proferiu seu discurso. De acordo com Antunes (2014), ela passou a ser ministrada, em um primeiro momento, na Escola Normal de São Paulo, como desdobramento da cadeira de Pedagogia em Pedagogia e em Psicologia; a partir de 1912, foi ministrada, de forma intermitente, na Escola Normal do Rio de Janeiro, até sua inserção por decreto no ano de 1928. Contudo Accácio (2008) atesta que os estudos de Psicologia foram incluídos na cadeira de Pedagogia da Escola Normal do Rio de Janeiro desde a primeira década do século XX.

<sup>5</sup> Os livros foram publicados, respectivamente em 1915 e em 1917, com os seguintes títulos: *Lições de pedagogia: teoria e prática da educação* e *Noções de psicologia*.

<sup>6</sup> As reivindicações aqui citadas ocorreram no contexto da discussão do projeto de reforma educacional que ficou conhecido como *Tavares Lyra*, elaborado em 1907 pelo então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, Augusto Tavares de Lyra, e discutido pelos parlamentares até a formulação da sua versão final apresentada em 1908. As referências citadas aludem ao registro original do *Projeto Tavares Lyra* e à análise que o próprio Manoel Bomfim fez sobre a sua participação no mencionado debate. Vale ressaltar que o *Projeto Tavares Lyra* foi arquivado e, portanto, a proposta não chegou a ser implantada no Brasil (Silva, 2011).

Intelectual, oriundo de família burguesa, nascido e formado no contexto da transição da Monarquia para a República, Bomfim detinha admirável capacidade de análise da sociedade e iniciativa para apontar caminhos condizentes com sua história de vida e com sua formação. Não concebia a modernização do país desarticulada dos investimentos em instrução popular, pois via a educação como condição para a socialização humana sem a qual nenhum projeto de nação prosperaria.

[...] por isso, ela se torna, cada vez mais, uma função da vida social. Referimo-nos, explicitamente, à sociedade-nação, representada no Estado como fórmula ativa dos direitos da coletividade. Então, impõe-se a conclusão: educar não é somente o dever – correlato do direito que tem a criança de ser levada à plena condição de homem: mas, sobretudo, o interesse social-nacional de melhorarem-se as unidades, a fim de elevar-se o nível da nação (Bomfim, 1931, p. 81-82).

Qualificar o indivíduo para aperfeiçoar a nação – a obra de Manoel Bomfim tem como expressão candente e fio articulador a proposta de valorização do elemento nacional por meio de investimentos oficiais na escolarização do povo. Nesse sentido, refletir sobre a mensagem que proferiu às professoras recém-formadas é profícuo porque elas representavam, naquele momento, o grupo social responsável pela efetivação de seus desígnios.

Seria a instrução, na perspectiva de Bomfim, remédio universal para a cura dos males econômicos, políticos e morais da sociedade brasileira? É o que tratamos a seguir.

### Uma missão quase divina

A cerimônia de colação de grau das normalistas contou com a presença do então Presidente da República, Rodrigues Alves, e do Prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, ambos conhecidos por suas tentativas de reorganização do espaço urbano por meio da adoção de medidas de saneamento e de combate a epidemias (Pôrto & Ponte, 2003). Há que se considerar, portanto, que a exposição de Manoel Bomfim ocorreu em um contexto peculiar que exigia a utilização de um vocabulário propício à ocasião, por isso, o caráter crítico e, ao mesmo tempo, entusiástico e apologético do texto<sup>7</sup>.

Machado e Corsetti (2014), ao analisarem o discurso de Bomfim às formandas, verificaram a recorrência de menções a pensadores estrangeiros modernos<sup>8</sup>, característica da cultura ilustrada dos intelectuais do período. Defendem, contudo, que Bomfim, ao buscar apoio nesses autores, não teria tido a intenção de depreciar a literatura nacional, mas possibilitar às alunas e ao público presente na cerimônia o acesso a formas amplas para se

<sup>7</sup> *O progresso pela instrução* é um discurso de 33 páginas, de autoria de Manoel Bomfim. A versão analisada foi publicada pela Typographia do Instituto Profissional do Rio de Janeiro e disponibilizada às autoras pela Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. O pronunciamento de Manoel Bomfim, ocorrido no dia 13 de maio de 1904 na condição de paraninfo eleito pelas normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal é marcado pela utilização de frases exortativas, tais como: “[...] vós vos abraçastes às esperanças, e tendes os olhos voltados para os horisontes que a aurora vem clareando” (p. 6); “[...] acceitae esta funcção como digna de vossa actividade, pois que tendes uma alma para sentir [...]” (p. 9); “Construamos o futuro [...]”, “Acceitemos o encargo”, “[...] peçamos a nós mesmos as forças para cumpril-o [...]”, “Ide, qualquer que seja o posto a vós confiado, humilde ou brilhante; ide, com as almas feitas no sentimento da missão que vos espera [...]” (p. 37), entre outras. Na versão utilizada não há registro de outros pronunciamentos ocorridos no mesmo dia.

<sup>8</sup> Aparecem, no discurso de Manoel Bomfim, menções a Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), Charles Bernard Renouvier (1815-1903), Wolfgang Von Goethe (1749-1832), Émile Zola (1840-1902), entre outros.

pensar a conjuntura brasileira e os seus desdobramentos na educação. A literatura internacional sobre educação, na perspectiva bomfiniana, contribuiria para mudanças no cenário nacional.

Referimo-nos às alunas, em especial, porque entre os anos de 1901 e de 1907, a matrícula na Escola Normal do Distrito Federal era restrita a meninas, corroborando com a representação do magistério como ofício eminentemente feminino; para ingressar nessa instituição, não era exigida da candidata a conclusão do curso complementar, última etapa do ensino primário, indício de que a exclusividade feminina não figurou elevação na qualidade do curso (Accácio, 2008).

Manoel Bomfim buscou explicitar, em seu discurso, que a função de educar era sublime e proeminente nas sociedades livres ou que ansiavam pela liberdade. Denunciou o que concebia como descaso dos poderes públicos para com a educação popular e desconsiderou as iniciativas antecedentes com a parcialidade distintiva dos primeiros republicanos.

Não callumnio: consultae as tradições da nossa patria, atravez de todas as suas phases, e não encontrareis **nunca** a instrucção e a educação popular na ordem dos problemas a resolver. Lêde as cogitações de uns e de outros empenhados em promover o bem geral, e em attender ás grandes necessidades colletivas, e vereis o sem numero de projectos e de medidas salvadoras; vereis como a sorte do paiz se liga, sucessivamente ou simultaneamente, á resolução dos mais desencontrados problemas; de tudo se trata, tudo se pede, tudo se exige como necessario, menos o preparo, a instrucção e a educação das gerações futuras; menos o realçamento, o progresso intellectual e moral dos indivíduos. **E, até hoje, esta questão se conserva afastada** (Bomfim, 1904, p. 7, grifo nosso).

É certo que as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX foram marcadas pela profusão de projetos educacionais e pouca materialização dessas propostas (Schelbauer, 1998), mas as afirmações contundentes de Bomfim não ponderam os investimentos feitos em instrução pública no período imperial e as ações políticas norteadas pela concepção de escola primária como caminho para o desenvolvimento social e econômico<sup>9</sup>.

Além disso, como destaca Souza (1998), é preciso considerar as significativas diferenças estaduais em relação aos investimentos em instrução popular, haja vista o sistema federalista no qual se fundamentou a Constituição Federal de 1891. O estado de São Paulo, por exemplo, foi precursor na criação de grupos escolares e na organização de um modelo de escola primária afinado com o ideário pedagógico moderno, o que não se concretizou na maioria dos demais estados, sobretudo os mais carentes, onde prevaleceram as escolas isoladas e reunidas.

A partir da segunda metade do século XIX, com a censura internacional ao tráfico de escravos e com as suas repercussões na economia cafeeira, o grupo conservador fragilizou-se e um projeto diferenciado para a formação das classes populares entraria em cena. O cerne da proposta deixa de ser a civilização do povo e passa a ser a formação para o trabalho na lavoura mecanizada e a conquista de público eleitor por parte dos liberais (Villela, 2008).

Além disso, a indústria nascente desde 1880 (Silva, 1986) contribuiu, significativamente, para o avanço na criação de estradas de ferro e nas obras relativas ao

<sup>9</sup> Sobre a relação entre educação popular e desenvolvimento social e econômico no período imperial, ver Schueler (1999).

saneamento, à iluminação, às navegações, aos telégrafos, financiados, sobretudo, pelo capital estrangeiro (Luz, 1961), o que intensificou o discurso em prol da escolarização da classe trabalhadora para a constituição de mão de obra especializada às novas demandas, afinal,

Tantas mudanças não poderiam deixar de repercutir nos rumos da instrução no país. Novos serviços demandavam um novo tipo de formação escolar para uma sociedade que se urbanizava e começava a vislumbrar a possibilidade do início da industrialização. Para a facção modernizadora da elite, esta era a solução viável ao país, inclusive para o latifúndio que também deveria se mecanizar (Villela, 2008, p. 35).

Bomfim pertencia a essa elite e a compreensão de seu discurso implica no estabelecimento de relações entre as suas propostas e os acontecimentos histórico-sociais do período. Acreditavam os liberais modernizadores que a instrução popular subsumia-se no amplo projeto para o desenvolvimento da sociedade na medida em que preparava novos eleitores, moralizava as famílias e fomentava a agricultura, a indústria e o comércio por intermédio dos cidadãos produtivos que a escola lançaria à sociedade.

Ao afirmar que nunca houvera no Brasil interesse pela instrução pública, Bomfim faz uso de um recurso discursivo para convencer os seus ouvintes. Quando ataca o velho sistema que teria conduzido o Brasil ao atraso, lança, em seguida, o 'inédito' desfecho: "Esforcemo-nos por trazer para ella [a instrução pública] as atenções, definamos a sua importância, e activemos a sua solução" (Bomfim, 1904, p. 7). Um embate histórico entre o 'velho' e o 'novo' em um esforço de autoafirmação, como se houvesse, na história, projetos genuínos, sem vínculo com o passado (Mortatti, 2000).

Manoel Bomfim exalta o indivíduo ativo como promotor das mudanças necessárias ao país e exorta as jovens educadoras: "Si estes elementos forem adiantados, cultos e progressistas, a nação será adiantada, prospera e progressista; si os individuos permanecerem retardados, ignorantes, inaptos, – a nação persistirá, fatalmente atrasada, barbara, fora do progresso e da actividade fecunda" (Bomfim, 1904, p. 8).

O estudo de seu pronunciamento às normalistas é elucidativo porque nos leva a problematizar certa tendência da historiografia identificada por Machado e Silva (2019): resumir as ações políticas de Bomfim à luta pelo fim da opressão e pela elevação da classe trabalhadora ou pela defesa exclusiva dos interesses da burguesia liberal do período. Souto Maior (1993) define Bomfim como uma voz dissonante a bradar contra a hegemonia conservadora e a favor do povo. No entanto, a análise dos escritos de caráter educacional do autor nos permite inseri-lo no movimento intelectual que militava pela alteração dos quadros políticos por entender que a tradição obstruía o fomento à indústria e o crescimento do mercado interno, caminho necessário à modernização do país. Modernizar, portanto, consistia em criar condições para adequar o país ao movimento do capital, já expressivo nas nações desenvolvidas. A educação seria o elemento-chave à validação desse projeto societário, uma vez que formaria o povo, sustentáculo do modelo social almejado (Silva, 2017).

Não queremos afirmar com isso que Bomfim foi um legítimo representante da ética social burguesa e avesso à emancipação popular, como atestou Borges (2006), cuja leitura da obra de Bomfim diverge em essência da perspectiva de Souto Maior (1993). Concordamos que ele defendeu os direitos do povo, assim como acreditamos em seu vínculo com a burguesia modernizadora da época. Compreendemos, contudo, que uma ou outra posição, tomadas isoladamente, omitem as relações intrínsecas entre desenvolvimento e instrução popular, fórmula recorrente e bem-sucedida nos países capitalistas que inspiravam a intelectualidade brasileira.

Como professor de Pedagogia e de Psicologia da Escola Normal e estudioso dos processos de aprendizagem humanos<sup>10</sup>, Bomfim (1926; 1928; 2006) utilizava como argumento a plasticidade do cérebro humano e a capacidade do indivíduo de aprender e de se adaptar ao meio para defender a viabilidade do seu projeto. Nesse aspecto, confrontava-se com a premissa da inferioridade biológica, intelectual e moral dos negros, dos indígenas e dos miscigenados, cujo principal defensor foi Arthur de Gobineau (1816-1882), autor do conhecido *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (Gobineau, 1937). A obra desse autor contribuiu para a legitimação do racismo e da eugenia no Ocidente a partir de meados do século XIX, levando à adoção de um posicionamento conformista ante os problemas econômicos, políticos e sociais em países caracterizados pela miscigenação. Ao defender a existência de raças puras e superiores, Gobineau condenava à subserviência os povos ‘inferiores’, quais sejam, aqueles formados pelo cruzamento entre diferentes etnias. Contra tal posicionamento, Bomfim (2013, p. 69) asseverava:

Tais despautérios constituem as últimas falsificações de critério, no sentido de diminuir ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decaídos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais. O fato seria para indignar, se não compreendêssemos que toda tradição é um aspecto subjetivo do desenvolvimento social e que, nos julgamentos definitivos, muitos desses valores subjetivos têm que ser descontados. E é por isso mesmo que os superiores do momento procuram reforçar os seus valores de tradição com esses motivos de aparência científica – dolicocefalia e arianismo: pulhices que se desmentem na própria história.

Tal discurso, na perspectiva de Bomfim, além de servir aos interesses imperialistas das nações industrializadas na luta por território e por mercado consumidor, ajustava-se às necessidades da elite agrária resistente às mudanças em processo. Ao lermos os textos de Bomfim dedicados à história do Brasil e da América Latina, identificamos o esforço combativo a esse ideário; ao analisarmos seus escritos educacionais, conhecemos as estratégias que apresentou para dar razão plausível ao seu posicionamento, como se pode observar na passagem a seguir:

Lembremos ainda: que o ser humano é o ser educavel e adaptavel por excellencia; inculto, nullo, incapaz, ignorante, elle póde adquirir, em duas ou tres gerações, todas as aptidões, e mostrar-se preparado para todos os progressos. [...] Uma sociedade constituída hontem de inaptos e retardados, póde apresentar-se amanhã como um povo de progressistas e de competentes, prompto para a vida e para a ação (Bomfim, 1904, p. 8).

Bomfim refere-se ao progresso, às demandas sociais, ao trabalho e não ao indivíduo isoladamente ou à sua configuração biológica. A presença do Presidente da República e do Prefeito na solenidade de entrega dos diplomas às normalistas da Escola Normal do Distrito Federal parecia ser uma oportunidade ímpar de chamar a atenção das autoridades para a necessidade de investimentos na instrução primária e na formação de professores. Para quê, porém, se o brasileiro naturalmente não aprenderia a contento? – diriam os resistentes. Por

<sup>10</sup> Para conhecimento das teorizações de Manoel Bomfim sobre desenvolvimento e aprendizagem, ver *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação* (1926); *Noções de Psychologia* (1928) e *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (2006).

conhecer as crenças em voga, recorreu aos seus conhecimentos em Pedagogia e em Psicologia, e professou “[...] uma fé viva no poder da intelligencia, esclarecida, creadora e fecunda; propagando-a, captando as convicções” (Bomfim, 1904, p. 9).

Defensor da intervenção do Estado com vistas à difusão da escolarização elementar (Brasil, 1918; Bomfim, 1931), Bomfim confrontava a Constituição (1891) que, conforme art. 6.º, garantia a autonomia dos estados e dos municípios. De acordo com Machado e Cury (2014), o princípio da descentralização foi o maior entrave no processo de debates e de implantação de reformas nacionais para a instrução pública no fim do século XIX. A intensa campanha pela organização de um sistema nacional de ensino no país, movimento que se desdobrou em múltiplos projetos, é obstaculizada pela autonomia dos governos locais, garantida no Império desde o Ato Adicional de 1834, que alterou a Constituição de 1824, provocando disparidades regionais profundas nos investimentos à escola primária.

Era preciso argumentar com fervor e comprovar, cientificamente, a capacidade de aprendizado do brasileiro, bem como apresentar as possíveis consequências da falta de zelo para com a instrução popular. Observemos as palavras a seguir que descrevem a condição brasileira, na perspectiva de Bomfim (1904, pp. 9-10):

[...] mergulhemos nas tristezas da nossa condição, revolvamol-as: marasmo, desolação, pessimismo, inercia, superstição, despeito, imprevidencia, desalento, incerteza, desorganização; desgosto de viver em uns, fúria egoistica em outros, indiferença em muitos, odios, rancores, invejas; um mal-estar indefinido, uma inteira incapacidade para a vida – incapacidade até para achar as causas dos males de que se queixam todos; as actividades anuladas, o espirito afogado em preconceitos, a intelligencia apagada, o coração combalido, mortos os entusiasmos, desaparecidas as ideias nas sombras dos individuos.

As lentes do autor em pauta, como se pode verificar, levaram-no a perscrutar o Brasil e a delinear uma realidade penosa. Bomfim acusou seus contemporâneos pela “incapacidade para achar as causas dos males”, o que nos remete ao objetivo de seu livro mais conhecido, a saber, *A América Latina: males de origem*, cuja primeira edição data de 1905. O referido livro, fruto das reflexões de Bomfim após a sua viagem a Paris, em 1903, reúne as categorias expressivas do pensamento do autor, manifestas em tom de denúncia às causas dos males que assolavam as nações latino-americanas e, singularmente, o Brasil. Vítimas do preconceito e da exploração, extorquidas ao limite pelos seus colonizadores, esses povos teriam habituado-se à cultura da opressão. O papel do intelectual, diante desse cenário, seria denunciar as causas dos problemas e apontar possibilidades para superá-los.

O que Bomfim não pontua, no entanto, é que o mesmo passado criava as condições materiais e ideológicas que inseriam, paulatinamente, o Brasil no grupo das nações industrializadas. A elite cafeeira, acusada pelo autor por ter caráter conservador, passava a depender cada vez mais de mão de obra capacitada para o manejo das novas máquinas, a utilizar, com frequência, as estradas de ferro e as tecnologias, a fazer uso das medidas médico-higienistas para controle e para prevenção de doenças e a se beneficiar, direta ou indiretamente, com as iniciativas político-partidárias de incentivo à urbanização, fatores que viabilizavam a própria difusão de discursos críticos como os dele.

Não obstante, propagou o entendimento de que “[...] o resto do mundo avança, precipita-se para o progresso, e nós arfamos na estagnação, enfaixados, ainda, nos preconceitos com que entramos para a vida” (Bomfim, 1904, p. 12). Bomfim defendeu a formação do povo para o desenvolvimento social porque considerou insensato incriminar as camadas populares pelo atraso e não as instrumentalizar para os novos desafios. Sustentou

que “[...] só ha um meio de elevar uma nação, é elevar os cidadãos; só ha um meio efficaz e seguro de elevar os cidadãos – é trazer pessoalmente, a cada um deles, o ensino e a educação, indispensaveis para a vida superior que imaginamos” (Bomfim, 1904, p. 14).

Às novas professoras, a quem dirigiu seu discurso, reforçou, a todo o momento, o compromisso social intrínseco ao magistério e as persuadiu à luta contra a escravidão da ignorância que condenava os indivíduos e a sociedade à bestialidade e à estagnação. A escola, para Bomfim (1904), formaria os indivíduos física, intelectual e moralmente, transformando-os em brasileiros aptos a trabalhar e a lutar com dedicação pelo seu país.

Cabe ressaltar que a construção do sentimento nacional, vinculado à ideia de raça, à religião e à língua, surgiu como alternativa do Estado para garantir a lealdade da população diante das divergências políticas e religiosas, das desigualdades inerentes ao sistema capitalista e das lutas intraclasses. O fortalecimento do conceito de nação possibilitava a inclusão de todos os que aqui habitavam no raio de ação do Estado (Chauí, 2006), por isso, a ênfase na instrução primária e na educação moral e cívica, afinal, educar na Primeira República significava disciplinar e adaptar, missão delegada no discurso de Bomfim às futuras professoras. A importância da nacionalidade para a modernização dos países ocidentais, no contexto em estudo, foi explicada por Hobsbawm (2014). Segundo o autor,

A base dos ‘nacionalismos’ de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente. A democratização da política e especialmente a das eleições oferecia amplas oportunidades para mobilizar as pessoas (Hobsbawm, 2014, p. 224).

O esforço para promover essa identificação emocional nas formandas pode ser inferido no discurso de Bomfim (1904). O teor nacionalista do texto incita à ação quase desinteressada, mobiliza as jovens ao enfrentamento do problema do analfabetismo<sup>11</sup> como se pudessem, movidas tão somente pela dedicação pessoal, deflagrar o progresso nacional. “**É quasi divina a missão [...]**”, afirma Bomfim (1904, p. 20, grifo nosso), e exorta as ex-alunas a um perigo que, a seu ver, sobrepunha-se à ignorância das massas, qual seja, a ciência tradicional verbalista e imersa em erudições e símbolos inúteis a serviço de uma elite reacionária. Para as possíveis tentativas de coação por parte desse grupo, o conselho de Bomfim (1904, p. 21) às alunas era preciso: “Sêde intransigentes contra estas resistencias recalcitrantes, e tradicionalmente maleficas! Resisti; lutae. Lutae contra vós mesmas, si tanto for preciso, para vos desembaraçardes de tudo que a rotina tenha incrustado em vosso espírito”.

A linguagem sempre combativa de Bomfim é marca que perpassa toda a sua obra. Para expor o seu projeto de nação, primeiramente, rechaça o que chama de tradição, censura os seus opositores e os responsabiliza pela condição sofrível em que se encontrava o país. No discurso às professoras, essa peculiaridade se mantém. Liberdade, responsabilidade, cidadania, democracia, capacidade de se autogovernar, progresso, atividade consciente, por sua vez, são termos comuns ao vocabulário do autor quando o intuito era convencer seus leitores e ouvintes quanto à supremacia do regime republicano.

A relação que estabeleceu entre República e educação foi de extrema dependência. Bomfim não concebeu o estabelecimento de um regime democrático em um país caracterizado pelo analfabetismo massivo, admitindo-o apenas como condição transitória.

<sup>11</sup> Dados estatísticos do jornal *A República* (1911, ed. 70, p. 1) atestam que o número de crianças analfabetas no Brasil, na primeira década do século XX, era superior a 86%.

Instaurada a República, sustentou que todos os esforços fossem concentrados no preparo das gerações futuras.

Dois aspectos relevantes em seu discurso merecem ser destacados: 1) não fazia apologia à instrução popular senão como meio para elevar as condições econômicas do país; 2) a educação não aparece, em sua obra, como remédio universal aos problemas que afligiam o país, mas, sim, como critério para a modernização. Em síntese, embora compreendesse que a escolarização das massas, isoladamente, não promoveria os avanços almejados, temia que, sem ela, a nação estagnasse.

Nossas ressalvas são justificáveis. Ora, o estudo dos escritos de autores como Manoel Bomfim, um republicano nacionalista, requer certa cautela. O entusiasmo com que defende a instrução popular pode induzir o leitor a inferências precipitadas, como a afirmar que seu projeto societário tinha como objetivo central a emancipação do povo brasileiro ou a caracterizar sua ação política como ingênua e desprovida de estratégias.

Posicionamento similar pode ser identificado em intelectuais contemporâneos a Bomfim, como Olavo Bilac (1865-1918), seu amigo e parceiro na produção de livros para a escola primária. Bilac escreveu densa obra e proferiu discursos aos alunos dos cursos de Direito e de Medicina de São Paulo, ao Exército, à Marinha, aos estudantes de diversos estados, à Liga da Defesa Nacional, além de outras instituições e personalidades importantes. Assim como Bomfim (1904; 1993/1905), condenou a conjuntura política de sua época, utilizou-se de analogias para explicar o funcionamento e a degeneração da sociedade com base na lógica que rege os seres vivos e os sistemas biológicos e defendeu um projeto de nação pautado na valorização do povo, da língua nacional e das riquezas naturais do país. Suas palavras, tão exaltadas e apaixonadas quanto às de Bomfim só podem ser compreendidas quando confrontadas com a materialidade que as engendrou. Em sermão lido aos estudantes de Direito da Faculdade de São Paulo, Bilac (1917) se mostrou tão desacreditado e paternal quanto Bomfim em sua exposição às normalistas no início do século XX. Vejamos:

Lembrae-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidência e pela incapacidade dos legisladores, dando aos escravizados apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, o carinho, o amparo, a organização do trabalho, a habilitação material e moral para o exercício da dignidade cívica... (Bilac, 1917, p. 6).

Criticou o modo como a escola primária era tratada pelo Estado, entregue aos governos locais por determinação da Constituição Federal de 1891, como já citado, e usada como ferramenta eleitoreira ao ampliar e fortalecer o poder local com a descentralização de algumas instituições. Ambos os autores olharam para o Brasil com pesar, condenaram o analfabetismo e a negligência dos poderes públicos, conclamaram a juventude ao trabalho patriótico e, como intelectuais, apresentaram propostas de mudança. Não se tratava, de modo prioritário, de uma defesa incondicional dos direitos do povo, mas de um projeto republicano que tinha, no nacionalismo, seu aspecto primordial. Às professoras caberia contribuir para o alcance de tal objetivo.

Bomfim (1904) admoestava as normalistas com a mesma veemência que caracteriza seus livros e discursos parlamentares. Lançou a elas um convite à campanha pela instrução popular e à responsabilidade social do professorado no combate à ignorância de forma apelativa e tendenciosa.

Effetivamente, **é um poder quasi divino e creador este vosso**, que assistis, acompanhaes, estimulaes e dirigis o desenvolvimento de um cérebro e a

formação de um caracter!... Os brasileiros de amanhã farão o que vós outros, professores primários, houverdes querido; serão bons, activos, livres e aptos, si a tanto os conduzirdes. **Mas é preciso que saibaes querer** (Bomfim, p. 29, grifo nosso).

Naquele momento, a Escola Normal estava impregnada pela doutrina evolucionista e seu programa adequava-se às preocupações com os fatores de ordem biológica, psíquica e social. Inquietações concernentes à raça e à higiene eram consideradas quando da organização do currículo, que valorizava a educação física como meio para garantir a saúde mental e corporal das crianças, bem como a disposição para o trabalho no futuro (Accácio, 2008). Como se pode observar, a formação de professores imbricava-se ao projeto de saneamento do Distrito Federal, tutelado pelo Prefeito em parceria com o Presidente da República.

Há que se ressaltar, todavia, que a incorporação das classes populares à sociedade ocorre de forma mais sistemática somente após a Primeira Grande Guerra. Antes disso, a imigração era tida como recurso viável à civilização por garantir a demanda por mão de obra e possibilitar o branqueamento gradual da população, como afirma Carvalho (1993), mantendo negros libertos e mestiços à margem dos direitos sociais. É

[...] com o refluxo das correntes imigratórias, determinado pela guerra e sob o impacto das greves operárias do final da década de 1910, que a opção imigrantista se desmistifica, fazendo com que a incorporação das populações excluídas por sua lógica perversa se configure como problema para a escola (Carvalho, 1993, p. 12).

O discurso de Bomfim (1904), publicizado antes desse processo, insere-se em um período de ênfase na emergência de educar o povo para a consolidação da sociedade republicana, porém, na ocasião, a escolarização massiva não representava uma questão de segurança nacional. Não obstante, os apelos do autor às professoras e a defesa que fazia da aptidão do brasileiro para aprender certificam que o projeto de nação de Bomfim contava com o elemento nacional no decurso da modernização, antes mesmo de os imigrantes caírem em descrédito. Cabe ressaltar que a construção da unidade nacional exigia o combate às iniciativas de escolarização dos próprios imigrantes que, instalados na zona urbana ou em colônias, ofertavam instrução elementar às suas crianças na língua materna e sob a ótica de sua própria cultura.

Se em 1904, em meio às aulas, aos cargos de direção e à produção literária, Bomfim expôs suas considerações às professoras e às autoridades, dando continuidade às propostas que já defendera em fins do século XIX, em 1905, publicou o seu mais polêmico livro, *A América Latina: males de origem*, e, em 1907, debateu um projeto educacional no parlamento em unidade com a trajetória percorrida até então. No cerne de toda a sua produção e ação política, esteve a instrução primária como condição para o desenvolvimento nacional, tema que perpassou os seus trabalhos e escritos subsequentes. A relevância que atribuiu à formação de professores e à função social do magistério – formar intelectual, física e moralmente as novas gerações de cidadãos preparados para a vida na República, para os novos postos de trabalho decorrentes do processo de modernização e para a defesa do país ante as ameaças imperialistas –, a nosso ver, é componente de um projeto mais amplo e, ao mesmo tempo, codependente desses fatores. Talvez, por isso, a insistência calorosa às alunas: “Ide, qualquer que seja o posto a vós confiado, humilde ou brilhante; ide, com as almas feitas no sentimento da missão que vos espera; [...] ide, sem receios e sem ambições de recompensas [...]” (Bomfim, 1904, p. 37).

## Considerações finais

Neste texto, buscamos analisar o discurso de Manoel Bomfim às formandas da Escola Normal do Distrito Federal e compreendê-lo como produto das necessidades dos homens daquele momento histórico.

A primeira década do século XX no Brasil configurou-se como um período de intensos debates entre políticos e intelectuais interessados em apontar caminhos para a consolidação do Estado Republicano. Manoel Bomfim foi um deles. O fato de ter transitado em diferentes áreas e dedicado grande parte de sua vida à escola pública torna a sua obra um importante contributo para a história da educação brasileira.

O discurso investigado permite-nos problematizar a função social do magistério e o papel da professora primária na Primeira República, quando a massa de analfabetos desnudava as contradições de uma nação teoricamente democrática, mas que mantinha o povo à margem dos direitos sociais e da participação política. Manoel Bomfim defendia uma “[...] utopia equalizadora das igualdades sociais” (Machado, 2014, p. 137), um ideal de sociedade cujo alcance dependeria de transformações incisivas na formação da infância, responsabilidade delegada às jovens professoras.

No texto de Bomfim, identificamos críticas à negligência do Estado, aos políticos que considerava conservadores, aos governantes do passado e profundo desgosto pela conjuntura educacional do país. Ao mesmo tempo, é evidente o entusiasmo com que conclama as jovens à “divina missão” de ensinar, de promover o desenvolvimento humano, contribuindo, assim, com o progresso do país.

Não há, em seu discurso, a apresentação de perspectivas para o magistério primário. Pelo contrário, Bomfim expõe os problemas e os desafios e busca encorajar as formandas para o enfrentamento às resistências e para o trabalho cívico e generoso, cuja maior recompensa seria o aprendizado das crianças e o seu preparo para uma vida honrosa e produtiva na República, na medida em que assumissem a incumbência de formar as bases sobre as quais se estruturaria o novo regime político.

A fonte estudada, inserida no conjunto da obra do autor e confrontada com o contexto econômico, político e cultural da época, leva-nos a inferir que Manoel Bomfim concebia a escolarização das massas como meio para a inserção do Brasil no grupo das nações industrializadas; para tanto, apostava na valorização do elemento nacional via educação. Nesse sentido, a formação de professores nas Escolas Normais se fazia premente diante da demanda.

Enquanto a escolarização primária não configurava uma questão de segurança nacional, os debates intelectuais e os projetos educacionais previam investimentos na construção de escolas, na aquisição de materiais e de recursos e na formação docente em consonância com os pressupostos da pedagogia moderna; as iniciativas, porém, eram tímidas ante as necessidades e ocorriam, em sua maioria, nos estados mais prósperos. Em contrapartida, para suprir a falta de atrativo financeiro da carreira, discursos apologeticos como os de Bomfim cumpriam a importante função de gerar nas professoras uma identificação emocional com a profissão e, então, mobilizá-las ao trabalho, na batalha contra o analfabetismo.

Por fim, *O progresso pela instrução*, em particular, e a obra de Manoel Bomfim de modo geral contribuem para a compreensão do processo de consolidação da escola pública no Brasil e dos significados atribuídos ao magistério no percurso do século XX. É possível, portanto, por meio do estudo dessa fonte, somar elementos à perspectiva de que a construção de um Brasil democrático, civilizado e moderno tinha como condição o engajamento das professoras primárias nessa ‘ádua e quase divina missão’.

## Referências

*A República*. Curitiba. (1911). (70a ed.), n. 3, p. 1, col. 6.

Accácio, L. O. (2008). A Escola Normal que virou Instituto de Educação: a história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. In J. C. Araújo, A. G. B. Freitas, & A. P. C. Lopes (Orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República* (pp. 217-231). Campinas, SP: Alínea.

Aguiar, R. C. (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Alves Filho, A. (2013). *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.

Antunes, M. A. M. (2014). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (5a ed.). São Paulo: Educ.

Bilac, O. (1917). *A defesa nacional: discursos*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional. Recuperado em 24 junho, 2018, de <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4713>

Bomfim, M. (1904). *O progresso pela instrução. Discurso*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Profissional.

Bomfim, M. (1926). *Lições de Pedagogia: theoria e practica da educação* (3a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. (Obra original publicada em 1915).

Bomfim, M. (1928). *Noções de Psychologia* (4a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. (Obra original publicada em 1917).

Bomfim, M. (1931). *Cultura e educação do povo brasileiro: pela diffusão da instrucción primaria*. Rio de Janeiro: Pongetti.

Bomfim, M. (1993). *A América Latina: males de origem* (2a ed.). Rio de Janeiro: Topbooks. (Obra original publicada em 1905).

Bomfim, M. (1996). *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (2a ed.). Rio de Janeiro: Topbooks. (Obra original publicada em 1931).

Bomfim, M. (1997). *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (2a ed.). Rio de Janeiro: Topbooks. (Obra original publicada em 1929).

Bomfim, M. (2006). *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia. (Obra original publicada em 1923).

Bomfim, M. (2013). *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (2a ed.). Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc-Minas. (Obra original publicada em 1930).

Borges, R. F. (2006). *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista de educação*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Brasil (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. (1891). Brasília. Recuperado em 12 novembro, 2018, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)

Brasil. (1918). *Documentos parlamentares: instrução pública*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio.

Carvalho, M. M. C. de (1993). Escola, memória, historiografia: a produção do vazio. *São Paulo em Perspectiva*, 7(1), jan./mar., 10-15. Recuperado em 12 novembro, 2018, de [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01\\_03.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_03.pdf)

Chauí, M. (2006). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (6a ed.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Gobineau, J. A. (1937). *Ensayo sobre la desigualdad de la razas humanas*. Barcelona: Editorial Apolo.

Gontijo, R. (2010). *Manoel Bomfim* (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana.

Gramsci, A. (2001). *Cadernos do Cárcere*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hobsbawm, E. J. (2014). *A era dos impérios: 1875-1914* (17a ed.). (S. M. Campos, & Y. S. Toledo, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Luz, N. V. (1961). *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Machado, D. W. (2014). *Os males de origem da educação brasileira segundo Manoel Bomfim*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Machado, D. W., & Corsetti, B. (2014). Manoel Bomfim e “O progresso pela instrução”: um discurso brasileiro aportado em pensadores estrangeiros. *Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*, São Leopoldo, RS, Brasil, 12. Recuperado em 12 novembro, 2018, de [http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405475811\\_ARQUIVO\\_TextoparaANPUH.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405475811_ARQUIVO_TextoparaANPUH.pdf)

Machado, M. C. G., & Cury, C. R. J. (2014). A educação na constituição republicana do Estado do Paraná (1892) e seus desdobramentos. *Acta Scientiarum*, Maringá, 36(2), 199-209. Recuperado em 12 novembro, 2018, de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20465/13218>

Machado, M. C. G., & Silva, L. A. (2019). Um intelectual sob contraste: o debate historiográfico em torno da obra e ação política de Manoel Bomfim. In A. Shigunov Neto, &

- I. Fortunato, & M. E. B. Miguel (Orgs.). *A educação brasileira na Primeira República: revisitando a história da educação para compreender o presente* (pp. 135-153). São Paulo: Edições Hipótese.
- Mortatti, M. R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização: São Paulo, 1876-1994*. São Paulo: Unesp.
- Pôrto, Â., & Ponte, C. F. (2003). Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 10(supl.2), 725-742. Recuperado em 12 novembro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10s2/a13v10s2.pdf>
- Reis, J. C. (2006). *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV.
- Schelbauer, A. R. (1998). *Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: Eduem.
- Schueler, A. F. M. (1999). Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 37(19), 59-84. Recuperado em 13 de maio, 2019, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004)
- Silva, L. A. da (2011). *Inviabilidades republicanas: o Projeto Tavares Lyra e sua proposta para reforma e difusão do ensino brasileiro no início do século XX (1891-1908)*, (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Silva, L. A. da (2017). *Um intelectual iconoclasta: a função social do símbolo na obra e ação política de Manoel Bomfim (1897-1932)*, (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Silva, S. (1986). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* (7a ed.). São Paulo: Alfa-Ômega.
- Souto Maior, L. (1993). *Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX*. São Paulo: Centro de Publicação Popular do Instituto Mário Alves de Estudos Políticos.
- Souza, R. F. (1998). *Templos de civilização: a implantação da escola graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp.
- Villela, H. O. S. (2008). A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In J. C. Araújo, A. G. B. Freitas, & A. P. C. Lopes (Orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República* (pp. 29-45). Campinas, SP: Alínea.

Recebido em: 15/11/2018

Aprovado em: 28/05/2019